

COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI Nº 1.067, DE 2022

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para permitir às pessoas idosas tratamento prioritário e adequado na rede hospitalar em caso de diagnóstico de neoplasia maligna.

Autor: SENADO FEDERAL - JADER BARBALHO

Relatora: Deputada ANDREIA SIQUEIRA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1067, de 2022, de autoria do Senador Jader Barbalho, objetiva alterar a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para permitir às pessoas idosas tratamento prioritário e adequado na rede hospitalar em caso de diagnóstico de neoplasia maligna.

O projeto busca modificar o artigo 3º do Estatuto da Pessoa Idosa, acrescentando o inciso X ao seu § 1º, de modo a garantir tratamento prioritário e adequado na rede hospitalar em caso de diagnóstico de neoplasia maligna.

Essa proposição tramita sob o regime de prioridade na Câmara dos Deputados, submetida à apreciação conclusiva das Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO); Saúde (CSAUDE); e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). O mérito da matéria será apreciado pelas duas primeiras.

Na CIDOSO, em 13/12/2023, a matéria foi aprovada por meio do parecer do relator, Deputado Ossesio Silva.



Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta comissão.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei nº 1067 de 2022 apresenta relevante contribuição à saúde pública, ao propor a inclusão expressa, no Estatuto da Pessoa Idosa, do direito ao tratamento prioritário e adequado na rede hospitalar para pessoas idosas diagnosticadas com neoplasia maligna.

Estima-se que, entre 2023 e 2025, o Brasil registre cerca de 704 mil casos novos de câncer por ano, sendo 483 mil se excluídos os cânceres de pele não melanoma. A maior incidência se dá entre a população idosa, grupo que depende majoritariamente do Sistema Único de Saúde (SUS) para o acesso a serviços de saúde.

O envelhecimento da população brasileira é um fenômeno em curso. Dados do IBGE indicam que, entre 2010 e 2022, o número de pessoas com 65 anos ou mais cresceu 57,4%, passando a representar 10,9% da população total. Esse aumento impõe desafios crescentes ao sistema de saúde, exigindo políticas públicas específicas para atender às novas demandas, entre as quais se destaca a crescente incidência de câncer.

A neoplasia maligna — nome técnico para os tumores cancerígenos — é caracterizada pelo crescimento descontrolado e agressivo de células, com potencial de invasão de tecidos e formação de metástases. Em pacientes idosos, o diagnóstico oncológico requer atenção especial, uma vez que esse grupo costuma apresentar doenças crônicas associadas, maior fragilidade fisiológica e menor tolerância a tratamentos invasivos, como a quimioterapia.

Nesse contexto, a priorização no atendimento hospitalar aos idosos com câncer se justifica não apenas por fundamentos éticos e legais, mas também por critérios clínicos amplamente reconhecidos. A abordagem



terapêutica adequada exige agilidade nos procedimentos, o que pode fazer a diferença no controle da doença, redução do sofrimento e preservação da qualidade de vida.

Ainda que a “Lei dos 60 dias” (Lei nº 12.732/2012) preveja o início do tratamento oncológico no prazo máximo de 60 dias após o diagnóstico, atrasos são frequentes e afetam diretamente o prognóstico dos pacientes mais vulneráveis.

A proposição em análise, ao inserir o direito ao tratamento prioritário no Estatuto da Pessoa Idosa, reforça a legislação vigente, confere maior segurança jurídica e contribui para a efetivação dos direitos sociais dessa população.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.067, de 2022.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada ANDREIA SIQUEIRA
Relatora

